

# Testemunho e subjetividade contemporânea: narrativas de vítimas de estupro e a construção social da inocência

Paulo Vaz<sup>1</sup>, Amanda Santos<sup>2</sup>,

Pedro Henrique Andrade<sup>3</sup>

**Resumo:** O texto propõe a hipótese de que a passagem da subjetividade moderna à contemporânea tem como correlato e condição o privilégio do testemunho sobre a confissão como forma de discurso autobiográfico. Os lugares de diferenciação entre confissão e testemunho foram o poder da ação humana e a relação com o passado individual. Narrativas de vítimas de estupro publicadas na Internet forneceram o suporte empírico para a experimentação. Em alguns casos, esses testemunhos podem ser vistos como uma forma de arrependimento. No final, apresentamos algumas razões para que seja mostrada a construção social da vítima inocente.

**Palavras-Chave:** Testemunho. Confissão. Subjetividade. Estupro. Vítima

**Abstract:** The text proposes the hypothesis that the passage of modern to contemporary subjectivity has, as a correlate and a condition, the privilege of testimony over confession as a form of autobiographical discourse. The constitution of the individual past and the theme of agency were the basis for the differentiation between confession and testimony. Narratives of rape victims published on the Internet provided empirical support for the experimentation of our hypothesis. In some cases, these testimonies can be seen as a form of agent regret. In the end, we discuss some reasons for questioning the identity of the innocent victim.

**Keywords:** Testimony. Confession. Subjectivity. Rape. Victim.

## 1. Da confissão ao testemunho

A confissão foi a forma de discurso autobiográfico decisiva para a constituição da subjetividade desde, ao menos, o Concílio de Trento até a Modernidade. O testemunho, por sua vez, é, hoje, o discurso autobiográfico

---

<sup>1</sup> Professor (ECO-UFRJ). O autor agradece o apoio do CNPq ao projeto Risco, portador e vítima virtual.

<sup>2</sup> Aluna de graduação (ECO-UFRJ). Bolsista de iniciação científica (CNPq).

<sup>3</sup> Aluno de graduação (ECO-UFRJ). Bolsista de iniciação científica (UFRJ e CNPq).

crucial para a produção da subjetividade contemporânea. Não se trata de estabelecer uma correlação entre duas mudanças: a passagem da subjetividade moderna para a contemporânea, de um lado, e a ascensão do testemunho em detrimento da confissão, de outro<sup>4</sup>. O discurso não é a mera expressão de uma forma de subjetividade que o precede e que lhe dá sua singularidade. Pelos elementos que as compõem e pelos modos específicos com que são ordenadas e enunciadas, cada uma dessas narrativas autobiográficas produz diferentes modos de ser.

Evidentemente, a argumentação sobre a mudança na forma de discurso autobiográfico socialmente privilegiada está baseada no modo como se distingue conceitualmente confissão e testemunho. Se a definição for muito genérica e descontextualizada, como notar que ambos os discursos se alinham temporalmente a partir dos temas do segredo e da revelação, nem diferença haverá. O esforço, aqui, será o de conceituar as diferenças entre esses discursos de modo a articulá-las à mudança cultural recente nas culturas ocidentais. Para simplificar a exposição das diferenças, serão consideradas a confissão e o testemunho apenas quando ocorrem no interior de uma prática terapêutica. Como ponto de partida, será utilizada a definição de confissão apresentada por Michel Foucault em *A Vontade de Saber*:

Ora, a confissão é um ritual de discurso onde o sujeito que fala coincide com o sujeito do enunciado; é, também, um ritual que se desenrola numa relação de poder, pois não se confessa sem a presença ao menos virtual de um parceiro, que não é simplesmente um interlocutor, mas a instância que requer a confissão, impõe-na, avalia-a e intervém para julgar, punir, perdoar, consolar, reconciliar; um ritual onde a verdade é autenticada pelos obstáculos e as resistências que teve de suprimir para poder manifestar-se; enfim, um ritual onde a enunciação em si, independentemente de suas consequências externas, produz em quem a articula modificações intrínsecas; inocenta-o, resgata-o, purifica-o, livra-o de suas faltas, libera-o, promete-lhe a salvação (FOUCAULT, 1984, p. 61).

<sup>4</sup> Pelo que sabemos, Susan Radstone, em seu artigo “Cultures of confession/cultures of testimony: turning the subject inside out”, foi a primeira a estabelecer diferenças sistemáticas entre confissão e testemunho e associá-las à passagem da Modernidade à Pós-Modernidade. Por ter como objeto a literatura, Radstone não privilegiou o estudo desses discursos autobiográficos no interior de práticas terapêuticas. Por enfatizarmos a produção de subjetividade, a diferença entre confissão e testemunho aqui acentua o modo como cada discurso presume um determinado poder da ação humana, isto é, a forma como um determinado indivíduo, ao confessar ou testemunhar, narra o peso de suas ações e desejos na emergência de seus sofrimentos.

---

Essa definição de confissão acentua elementos da enunciação: a relação entre quem fala e de quem se fala; a quem o discurso é endereçado; qual é o critério de verdade usado para julgar a verdade da narrativa autobiográfica e qual é o efeito da narrativa sobre o narrador.

Não há diferença entre confissão e testemunho na primeira característica, pois ambos, por serem discursos autobiográficos, supõem a coincidência entre o sujeito de enunciação e o sujeito de enunciado. Já a segunda característica, para quem se fala, permite derivar algumas diferenças relevantes. A confissão é endereçada a um interlocutor, seja ele padre ou analista, que ocupa um lugar de autoridade e tem o poder de exigir-la e de determinar se ela foi suficientemente verdadeira. Adicionalmente, quando se trata da confissão com função de salvação ou cura (e não como elemento de um processo judiciário), ela é secreta.

O testemunho, por sua vez, supõe um duplo endereçamento. De um lado, é endereçado ao indivíduo qualquer. Ao invés de pressupor a diferença na capacidade de se conduzir na vida, o testemunho pressupõe a igualdade entre os interlocutores e posiciona o indivíduo qualquer como tolerante e compassivo. De outro lado, o testemunho se apresenta como desafio endereçado àquele que fez o indivíduo sofrer. Por pedir a compreensão e desafiar os que não compreendem, quem escuta um testemunho está constrangido a optar entre duas posições morais claramente hierarquizadas: ou é o tolerante que presta solidariedade, ou é o preconceituoso que faz sofrer e recusa ajuda.

Por se endereçar ao indivíduo qualquer e por lançar um desafio aos intolerantes, o testemunho, ao contrário da confissão, não fica restrito ao espaço privado. Em parte pelo fato de a Internet permitir que indivíduos quaisquer enviem mensagens à distância para muitos, torna-se perceptível uma espécie de explosão do discurso autobiográfico na cultura contemporânea. Mas a razão não é só técnica; afinal, deve haver desejo de se expor, de se revelar. É difícil saber se efetivamente as pessoas falam mais de si hoje do que antes, dada a relevância das práticas confessionais nas culturas moderna e pré-moderna. Mas é certamente verdade que o predomínio do testemunho sobre a confissão dá maior visibilidade ao discurso autobiográfico, pois sua dinâmica terapêutica requer a ida ao espaço público e não o segredo.

Um segundo conjunto de diferenças deriva dos critérios usados pelo interlocutor para avaliar a verdade de um discurso autobiográfico – critérios tão mais necessários por que se trata de estimar a veracidade de alguém quando narra sensações, desejos ou versões controversas de eventos. No caso da confissão, quem estima a verdade é o padre ou o psicanalista e ela é avaliada pelas dificuldades internas à sua enunciação: quanto maior a resistência, mais verdadeira. No caso da confissão religiosa, a dificuldade residia em confessar o que se desejava e que o outro não sabia. O que se desejava era pecado e uma parte dele mesmo insistia em pecar; assim, o confessando resistia a dizer o que tinha feito ou desejado. No caso da confissão científica, a dificuldade estava em confessar o que não se sabia desejar, residia em confessar sem saber que estava confessando, implicando, assim, que o interlocutor fosse a instância que reconhecia ter havido confissão no que o indivíduo tinha dito apesar dele mesmo. A dificuldade a partir da qual se media a verdade se manifestava, então, como resistência em aceitar que se tinha confessado: se o indivíduo não desejava reconhecer seu desejo, resistir fortemente à sua explicitação era o critério maior de que a verdade se manifestara.

No caso do testemunho, a concepção hoje hegemônica sobre essa narrativa presume que a dificuldade fundamental não é a cisão da consciência, mas a dificuldade de comunicar uma experiência traumática (RADSTONE, 2006). Assim, um primeiro critério usado pelos interlocutores para avaliar a verdade de um testemunho é o acúmulo de fatos, de preferência banais, o que dá uma dimensão realista à narrativa (SARLO, 2007, p. 50). Faz parte ainda da concepção hegemônica a suposição de que parte da dificuldade de enunciar a experiência traumática reside nas formas de impor o silêncio feitas tanto pelos que causaram o sofrimento, quanto pela sociedade, se esta, ao invés de se solidarizar com o sofridor, realiza um julgamento moral. As formas maiores de impor o silêncio seriam, portanto, a ameaça e a indiferença. Desse modo, um critério adicional de verdade é a dimensão de desafio implícito no próprio fato de ter tido a coragem de dar testemunho de sua vitimização. Quanto mais o enunciado pode ser visto por alguém como vergonhoso, quanto maior for, portanto, o custo psíquico de dizer o que se experimentou por implicar o

---

enfrentamento do preconceito, mais crível é a testemunha. Se o desafio é critério, quem desconfia da autenticidade de um testemunho implicitamente é colocado no lugar dos que são sem compaixão ou, pior, preconceituosos.

O terceiro conjunto é crucial para estabelecer o vínculo entre, de um lado, a passagem da confissão ao testemunho e, de outro lado, a passagem da cultura moderna à cultura pós-moderna: trata-se do poder presumido da ação humana na explicação dos sofrimentos. Se recorremos aos dicionários, observamos que confessar é narrar o que se fez ou o que se desejou. A confissão é um discurso de agente. Já testemunhar é dar evidência do que aconteceu ou do que se experimentou. Quando trata da experiência, o testemunho tende a ser um discurso de vítima.

Essas duas formas de narrativa autobiográfica constroem um passado explicativo do sofrimento. No caso da confissão, o sofredor é o responsável: ou fez ou desejou o que não devia, ou não aceita seu desejo porque este o tornaria em algo que, a seus olhos, ninguém deve ser. Já no caso do testemunho, o indivíduo foi vítima de um outro a partir de três possibilidades maiores: ou este não considerou seu sofrimento quando procurou satisfazer seu desejo, ou não agiu, quando poderia, para conter aqueles ou aquilo que lhe fez sofrer, ou, por fim, por preconceito, não aceitou o desejo legítimo do indivíduo e recusou seu afeto.

Em síntese, a fórmula para explicar o sofrimento na confissão é “Eu sofro por minha culpa”, na versão usual, ou “Eu sofro porque acredito na culpa”, na versão psicanalítica. Já no testemunho, a fórmula é: “Eu sofro por culpa do outro”. Na confissão, temos um sujeito que se situa no conflito entre, de um lado, o que faz e deseja e, de outro lado, as regras morais de sua cultura. No testemunho, esse conflito desaparece. A presunção de inocência indica a imensa mudança moral que experimentamos a partir dos anos 60 no Ocidente, especialmente em relação à sexualidade.

Como propôs Foucault, “desde a penitência cristã até os nossos dias o sexo tem sido a matéria privilegiada da confissão” (FOUCAULT, 1984, p. 60). Assim, a mudança moral expressa na aceitação social de diversas práticas sexuais anteriormente consideradas desviantes, anormais, reduziu o peso da

---

sexualidade na explicação dos sofrimentos humanos. Perde força a crença no nexo entre os esforços de controlar os impulsos sexuais e a esperança de controlar o que o futuro pode ser. Como contrapartida dessa perda de vitalidade, ganha precedência o testemunho, pois, neste, não é a ausência de controle, pelo sofredor, dos impulsos de seu corpo o que explica o seu sofrimento. De fato, quando quem testemunha se apresenta como vítima de preconceito, o que explicaria seu sofrimento é o fato de não ter sido capaz de realizar seus desejos, o fato de não ter se permitido não controlar os impulsos de seu corpo por ter aceitado a pressão dos preconceituosos.

Uma vez apresentadas as diferenças entre confissão e testemunho derivadas da forma de endereçamento, dos critérios de verdade e do modo de explicar o sofrimento, cabe agora pensar a diferença no modo como essas práticas discursivas participam da produção de subjetividade. Como ambos os discursos autobiográficos têm ambição terapêutica, eles não se diferenciam segundo o objetivo explícito, que é o de curar. Se nos recordarmos do nexos arcaico entre sofrimento e purificação e da relação propriamente cristã entre confissão e penitência, percebemos imediatamente por que o discurso confessional teria função terapêutica. No caso do testemunho, é dito que narrar no espaço público a experiência de ter sido vítima, além de supostamente contribuir para o bem comum por evitar que outros passem por experiência semelhante, tem uma função terapêutica, pois elevaria a autoestima. A diferença reside no modo como essas práticas discursivas transformam e constituem os indivíduos.

Para continuar com Foucault, a confissão é uma forma discursiva vinculada ao exercício do poder pastoral e tem como condição de possibilidade a constituição de práticas de exame de consciência, da parte de quem confessa, e de direção de consciência, da parte do pastor que conduz seu rebanho à salvação (FOUCAULT, 2004). O exercício dessa forma de poder promoverá a introspecção e favorecerá uma espacialidade da consciência, onde o indivíduo é, ao mesmo tempo, quem representa e quem analisa as representações. Desde o Concílio de Trento, os indivíduos são incitados a confessar não apenas o ato

---

desviante, mas também o que o antecede e o sucede, isto é, conteúdos mentais, representações (FOUCAULT, 1984, p. 24).

Ao estabelecer essa passagem da narrativa do ato para o que o circunda, a confissão torna-se uma prática que articula a identidade ao passado individual e ao desejo. Sem a prática discursiva da confissão, não haveria introspecção, não haveria atenção às representações que antecedem e condicionam o ato. Mais radicalmente, sem a prática da confissão, não seria estimulada a inquietação com o que verdadeiramente se deseja quando se deseja e como esse possível desconhecimento do verdadeiro objeto do desejo condiciona o comportamento do indivíduo e explica sua vulnerabilidade e sofrimento atuais. Inquietação, portanto, que conduz o indivíduo a desejar um pastor que o ajude a descobrir o que verdadeiramente deseja e, assim, graças à verdade, superar a fragilidade e salvar-se, ser feliz.

Enquanto a confissão ocorria no espaço privado e no interior de uma forte relação afetiva entre quem escuta e quem fala, o testemunho se dá no espaço público e seus efeitos maiores não ocorrem tanto em quem o enuncia, mas naqueles que o escutam. O processo de produção de subjetividade aqui implica a apropriação de fragmentos narrativos que estão disponíveis no espaço público (HACKING, 1995, p. 234-57). Mais do que vincular o indivíduo ao seu passado individual como na confissão, esse tipo de narrativa permite a reinterpretação do passado individual a partir da apropriação de testemunhos de outros indivíduos articulando experiência de vitimização, sofrimento atual e promessa de superação. Ou ainda, essas narrativas contendo fragmentos que explicam os sofrimentos no presente por uma presumida vitimização no passado permitem que indivíduos quaisquer, ao reinterpretem suas experiências passadas, se apropriem da posição subjetiva da vítima, hoje tão valorizada simbolicamente.

A questão decisiva é saber como, concretamente, um testemunho de vitimização no espaço público pode ser apropriado por um indivíduo qualquer que, por sua vez, também tende a ir ao espaço público dar testemunho de que foi vítima, e assim indefinidamente, numa dinâmica parecida com o contágio. Colocado de outra maneira: como é possível que a narrativa feita por alguém de

---

algo que aconteceu em seu passado individual possa incitar outro indivíduo a reinterpretar seu passado – ou pensar-se como possível vítima no futuro?

## **2. Testemunho, estupro e arrependimento**

Comparativamente ao que é reivindicado por alguns movimentos feministas contemporâneos, a legislação brasileira ainda é tímida, mesmo com a revisão conceitual feita na lei 12.015, publicada em 7 de agosto de 2009. Em relação à legislação anterior, que estipulava só haver estupro para mulheres virgens e honestas, a atual retira a restrição de gênero e, sobretudo, acaba com a exigência de moralidade para que um indivíduo seja reconhecido como vítima, isto é, a nova lei não requer a virgindade ou o “bom” comportamento sexual como condição de existência de estupro. E embora acentue que o estupro pode ocorrer mediante fraude, a prática cotidiana do uso de bebidas não é sublinhada, vinculando, implicitamente, “fraude” a uso de drogas e substâncias exóticas.

A defasagem maior entre essas formas de movimento feminista e a legislação brasileira está na continuidade da exigência de “violência ou grave ameaça” para supor a existência de coação. Se justapormos nossa lei ao que propõe um cartaz francês chamando à participação na Marcha das Vadias<sup>5</sup>, a diferença é clara: apenas um sim explícito, sóbrio e entusiasta é consentimento<sup>6</sup>; o resto é estupro. Entre o “sim” explícito, sóbrio e entusiasta e a ameaça à integridade física, há um grande número de atos sexuais que não são classificados como estupro pela legislação brasileira. Para as promotoras da marcha, então, há mais exemplos de violência sexual do que os casos abarcados em nossa legislação.

A redefinição inclusiva do conceito de estupro não seria, por si só, mecanismo eficaz de produção de subjetividade; é preciso que haja cada vez mais ocasiões para que o novo conceito possa ser aplicado. A emergência de um

---

<sup>5</sup> Em *Je Connais Un Voleur*, 25 de setembro de 2013. Disponível em: <http://jeconnaisunvoleur.tumblr.com/post/62187718218/etreconscientedesaforce-la-prochaine-slutwalk>. Acesso em: 3 de dezembro de 2013.

<sup>6</sup> Em *Je Connais Un Voleur*, 25 de setembro de 2013. Disponível em: <http://jeconnaisunvoleur.tumblr.com/post/62187688948/etreconscientedesaforce>. Acesso em: 3 de dezembro de 2013.

---

novo regime amoroso fornecerá os casos. Sumariamente, esse novo regime amoroso se caracteriza pela crescente precedência da intimidade sexual em relação à intimidade amorosa e pelo reconhecimento social e institucional da efemeridade e da igualdade no interior das relações afetivas.

Durante a vigência social do Cristianismo, o único espaço socialmente aceito para a prática sexual entre homens e mulheres era a instituição do casamento. Ao longo da primeira metade do século XX, uma relativa flexibilização moral possibilitou que o namoro se tornasse o lugar de início da vida sexual. Foi mantido, porém, o costume de a intimidade sexual decorrer da intimidade amorosa: era cada vez mais frequente que mulheres tivessem relação sexual antes do casamento, mas com seus namorados. Um estudo concluído em 1984 nos Estados Unidos com mulheres casadas de 18 e 75 anos mostrou que, entre as que haviam se casado até a 2ª Guerra Mundial, apenas 24% haviam perdido a virgindade antes do casamento e, mesmo nesses casos, a grande maioria (97%) havia iniciado a vida sexual com o futuro marido. Entre as noivas que se casaram no período compreendido entre os anos de 1945 e 1965, o número de mulheres que não se casou virgem aumentou para 51% (mas apenas 17% tiveram um parceiro sexual além do futuro marido antes do matrimônio). Finalmente, entre as mulheres casadas após 1965, 72% já haviam perdido a virgindade antes do matrimônio e, em 33% dos casos, o primeiro parceiro sexual não havia sido o marido. (BOGLE, 2008, p. 19-20).

Na continuidade dessa tendência de longo prazo, mas sob a pressão próxima da revolução sexual das décadas de 1960 e 1970, a partir dos anos 1990 surge a descontinuidade: a inversão da precedência temporal entre intimidade amorosa e intimidade sexual. Esta última tem crescentemente ocorrido sem a necessidade de intimidade afetiva prévia. As relações sexuais contemporâneas vão se tornando cada vez mais marcadas pela casualidade em que podem ocorrer e pelo descompromisso que implicam: o sexo casual, fora de uma relação amorosa e entre pessoas desconhecidas torna-se uma prática cada vez mais comum. Como não há intimidade afetiva prévia, é decisiva a ordenação social do encontro de parceiros de modo a reduzir os “custos de transação”, isto é, a incerteza sobre o comportamento futuro dos parceiros e o excesso de

---

alternativas pouco atraentes para um dado indivíduo. Os aplicativos para seleção de parceiros sexuais, cada vez mais usados, são uma forma de ordenação; outra solução são os ambientes de socialização coletiva, como as festas, nas quais normalmente há consumo de álcool (BOGLE, 2008, p. 20-21).

O novo regime amoroso também requer a negociação de limites adequados para o contato sexual quando já existe intimidade afetiva entre os parceiros. Anteriormente, se houvesse casamento, era culturalmente aceito que o homem tivesse acesso sexual irrestrito a sua esposa. De fato, até a década de 1970, a legislação da maior parte dos países ocidentais não reconhecia a possibilidade de um marido estuprar sua esposa. A partir do momento em que a sexualidade feminina deixa de ser um tabu, a percepção dessa relação de posse do corpo da mulher pelo marido é desconstruída. O que aconteceu, em última instância, é que “a mulher se tornou definitivamente, como o homem, um indivíduo privado” (VIGARELLO, 1998, p. 260). Como indivíduo, possui autonomia e desejos que devem ser respeitados.

A essa concepção de ato sexual tornado objeto de contratos e acordos, corresponde um conceito expandido de violência sexual, marcado pela violação das fronteiras que delimitam a individualidade de cada um. Não se trata mais apenas do uso de força física, mas de qualquer ação de um parceiro que se imponha à recusa do outro, mesmo que essa ação exerça seus efeitos através de sua presença no íntimo daquele que recusa. Para a concepção contemporânea de estupro, parece estar se apagando a diferença de senso comum entre coagir e persuadir, entre impor sua vontade pela força física e convencer o outro a fazer sua vontade. Afinal, se foi preciso convencer, o “sim” não foi entusiasmado.

Essa indistinção paulatina entre coagir e persuadir propicia um grande número de atos sexuais que podem ser classificados como estupro dada a efemeridade que hoje marca as relações amorosas. À medida que uma relação entra em crise, torna-se cada vez mais ilegítima a posição de ressentir prazer, isto é, de sentir prazer em dar prazer ao outro. Concordar em realizar o ato mesmo que o “sim” não fosse entusiasmado podia ser visto como aceitável, dada a necessidade de manter a relação; a entrada em crise ou o término do namoro ou casamento podem fazer com que a concordância prévia passe a ser vista

---

como subjugação à vontade do outro ou, pior, como a ocupação pelas mulheres de um lugar social onde seu corpo deve estar à disposição do desejo do outro.

Os detalhes desse novo regime amoroso permitem um olhar mais nuançado para as relações sexuais que, hoje, podem ser classificadas como estupro. Um olhar simplificado, sem nuances, enxergará, em todos os casos, apenas a vontade do estupro e a recusa monolítica da vítima: por coação ou fraude, um indivíduo impôs seu desejo de praticar o ato sobre a vontade da vítima de não realizá-lo. Entre, porém, a coação física ou grave ameaça, de um lado, e o consentimento sóbrio e entusiasta, de outro, o novo regime amoroso dá lugar a uma série de práticas sexuais onde a dimensão involuntária pode ser ambígua, onde é possível imaginar haver mais de um desejo em quem se considera vítima, desejo cuja realização incluía o ato sexual. Não é o desejo de praticar o ato sexual, mas é desejo de algo – manter uma relação amorosa ou ser um indivíduo livre – que inclui a realização do ato.

A crítica feita por Bernard Williams ao conceito de fraqueza da vontade (WILLIAMS, 1993, p. 40-6), uma forma do involuntário, apresenta dois componentes necessários à formação de uma imagem mais complexa do que hoje é considerado estupro. Primeiro, o conceito de fraqueza da vontade está na sequência do esforço platônico de construir uma concepção moralizada do funcionamento psíquico; a oposição interna entre o desejo que busca o prazer e a razão que visa o bem é a forma mais conhecida dessa divisão. Nas palavras de Williams, as funções da mente, especialmente aquelas relativas à ação, são definidas em termos de categorias que recebem sua relevância da ética (WILLIAMS, 1993, p. 42). Assim, um ato tido como involuntário pelo próprio indivíduo que o cometeu, um ato onde, portanto, o indivíduo diz, por exemplo, que seu desejo foi mais forte que sua razão, tende a ser aquele em que a opção de ação menos valorizada pela moralidade de uma dada cultura foi a vencedora.

Em segundo lugar, a atribuição de fraqueza da vontade a uma ação não é experiência imediata, mas uma visada retrospectiva que refaz a identificação do indivíduo com seus desejos e que tende a depender fortemente do fracasso da opção que tem, socialmente, menor valor moral. Imaginemos um homem casado que trai sua esposa, mas que tenta terminar com a amante. O modo

---

como ele interpretará os episódios de hesitação entre manter o casamento e entregar-se à “paixão” depende não do que está em seu íntimo a cada momento, não da luta entre razão e desejo, mas do que acontece na sequência dos episódios de afastamento e retorno. Se acabar definitivamente a relação com a amante e ficar com a esposa, tenderá a interpretar os episódios de retorno como fraqueza da vontade, como ocasiões onde sua razão foi temporariamente vencida pela atração. Se ficar com a amante, interpretará esses episódios de separação e retorno como a paulatina descoberta e triunfo de seu verdadeiro desejo. Logo, a fraqueza da vontade não é uma realidade psicológica, mas, sim, um elemento crucial de uma narrativa autobiográfica eticamente significativa (WILLIAMS, 45-6).

Nos casos apresentados, o presente de enunciação era não só de fim da hesitação, mas também de resolução bem-sucedida do conflito amoroso. Não importa que tenha decidido pela amante ou pela esposa; em ambas as soluções, o homem outrora infiel foi exitoso: ou manteve a relação ou começou outra. Se o presente é de sofrimento, porém, se após a opção pela amante, ele ficou sem nenhuma relação amorosa, a narrativa de fraqueza da vontade toma a forma do arrependimento culpado: o ex-marido acredita que sofre agora porque fez o que não devia.

Em suma, os dois componentes para a formação de uma imagem complexa do que hoje é considerado estupro são a presença de ao menos duas intenções no indivíduo, intenções claramente hierarquizadas em termos da moralidade vigente, e o fracasso ao preferir a opção menos valorizada. Se só aceitamos a imagem simplificada, seria impossível transpor essa compreensão da fraqueza da vontade para a análise do estupro, pois este só suporia uma intenção na vítima: não realizar o ato. Contudo, se considerarmos o novo regime amoroso, notaremos que ele fornece diversas oportunidades de fracasso para possíveis intenções: tanto a realização de um ato sem intimidade amorosa prévia, mas que, na sequência, falha afetiva e sexualmente, quanto a de manter uma relação amorosa instável, com o esforço sendo malsucedido.

Se o novo regime torna possíveis essas intenções e seus fracassos, é possível supor – do exterior, por quem não passou pela experiência e para

alguns casos de testemunhos de estupro – a presença de mais de uma intenção nos indivíduos que, a posteriori, se conceberão e se declararão como vítimas quando precisarem explicar porque sofrem. Sob essa perspectiva, para os casos situados entre, de um lado, a coação física e a fraude e, de outro lado, o sim entusiástico e sóbrio, e apenas para esses casos, o testemunho de estupro pode ser visto como mais uma narrativa de arrependimento, embora com a singularidade do esquecimento. Nessa narrativa, o que era também desejo da posterior vítima desaparece de sua lembrança, ficando apenas o desejo, que passa a ser visto como impositivo, daquele que se tornará o estuprador.

Se na forma usual de arrependimento associada à crença na fraqueza da vontade, o indivíduo dizia “sofro por minha culpa”, “sofro porque a parte inferior de mim mesmo subjugou a parte superior”, no caso desses testemunhos de experiências sexuais situadas entre a coação física e a fraude, de um lado, e o sim entusiástico e sóbrio, de outro, o indivíduo diz apenas “sofro por sua culpa”.

O circuito de explicação considerou, primeiro, os casos onde a acusação de estupro não supôs o uso de violência física, coação grave ou fraude que incapacita a reação. Esses casos ambíguos são, em seguida, divididos em acusações de estupro onde havia intimidade amorosa e em acusações de estupro onde a intimidade sexual precedeu a intimidade amorosa. Nos casos de intimidade amorosa prévia ao estupro, a acusação elabora o sentido de coação até incluir a formação de desejo ilegítimo na vítima; no caso da precedência da intimidade sexual, elabora-se o sentido da fraude por considerar que o uso de uma quantidade mínima de álcool já é forma de silenciar a vontade. Também aqui a elaboração recai sobre a formação de desejo, pois a fraude não tem seu sentido restrito à embriaguez que incapacita a reação física da vítima.

No caso do estupro onde havia intimidade amorosa prévia, o desejo de não realizar o desejo sexual conviveria com o desejo de agradar ao outro, com o desejo do desejo do outro. Nas culturas ocidentais contemporâneas, porém, esse desejo é desvalorizado, na medida em que supõe, naquele cujo desejo é desejado, uma posição hierarquicamente superior e a possibilidade de dirigir a consciência daquele que deseja seu desejo.

---

Por diferença, um exemplo histórico esclarece. Na Grécia Clássica e no Império Romano, a relação sexual entre indivíduos do mesmo sexo desvalorizava profundamente a passividade no ato, ao mesmo tempo em que permitia ao rapaz, por seu status social inferior comparativamente ao adulto livre, ocupar a posição de passivo. A permissão, porém, requeria que o rapaz se limitasse a ressentir prazer e que cedesse relutantemente seus favores diante da insistência do amante. Livros picarescos ensinavam aos rapazes como proceder se desejassem o ato sexual com um adulto. Mesmo querendo o ato, para não manchar sua reputação, o rapaz deveria aparentar não querer ceder; seria bem sucedido se fizesse com que seu amante pensasse que o ato resultou de sua imposição e não de seu consentimento. A fachada de compulsão afasta a vergonha do consentimento (HARPER, 2013, p. 22).

Generalizando, nos casos em que há uma hierarquia social clara – entre jovens e adultos ou entre homens e mulheres – e em que o lugar social inferiorizado determina a restrição de comportamento sexual na caracterização do papel honrado, o indivíduo inferiorizado deve enganar o outro por esconder seu desejo – ou enganar a si mesmo, se ele se identifica com a moral de sua cultura e precisa esconder esse desejo de sua consciência de si. Aparentar resistência e saber quando alguém quer ser forçado já fizeram parte da “arte” de cortejar.

A necessidade de aparentar resistência para evitar a vergonha ou a culpa desaparece se a igualdade entre gêneros e o direito a ser feliz, que inclui a liberdade sexual, são erguidos como valores maiores de nossa cultura. O que se valoriza, ao contrário, é a capacidade de saber o que se quer e de realizar o ato que porventura se deseja. E desejar o desejo do outro é visto negativamente, seja porque querer agradar significa comportar-se como pensamos que o outro quer que nos comportemos e, assim, significa dar peso excessivo à opinião do outro no modo como se conduz a vida, seja porque querer agradar significa privilegiar o que o outro sente em detrimento do que se experimenta. A desvalorização não implica o fim do desejo do outro. Significa, sim, que, em relações marcadas pela instabilidade, a possibilidade de fazer algo para que o outro se

---

sinta feliz vai sendo reduzida, ao mesmo tempo em que aumenta a possibilidade de redefinir alguns atos sexuais como imposição.

No caso onde não há intimidade sexual prévia, o que se precisa adicionar ao desejo de não realizar o ato para a formação da imagem complexa é um desejo de experimentar a própria liberdade sexual, um desejo que contém uma dimensão orgiástica, de praticar atos sexuais sem querer compromissos. Esse desejo de experimentar se dá na dimensão da festa e da bebida, exatamente por sua tonalidade dionisíaca. Anteriormente, como vimos, “fraude” no caso de estupro significava um ato que incapacitava fisicamente e que, portanto, impedia a manifestação de uma intenção. Agora, porém, se acompanhamos as inovações legais e parte do movimento feminista, a fraude via consumo de álcool significa, sobretudo, o que dificulta a escolha consciente da vítima. Se nos recordarmos da Modernidade, quando se acreditava em desejos que escapavam à consciência de si, veremos que o álcool era pensado como o que desinibe e, assim, favoreceria a manifestação desse desejo de experimentação. De todo modo, hoje, se a experiência for mal sucedida, o indivíduo poderá se conceber como vítima. Uma pesquisa recente propôs que 40% dos estudantes de graduação nos Estados Unidos têm relações sexuais após terem bebido<sup>7</sup>. A possibilidade, portanto, de se conceber como vítima se repete frequentemente e está aberta a uma minoria significativa da população jovem hoje.

O novo regime amoroso cria a possibilidade de haver dois desejos que serão apagados nos testemunhos de estupro, ao invés de reconhecidos, por serem moralmente desvalorizados: o desejo do desejo do outro, no que ele pode implicar de dependência e de peso atribuído à opinião do outro, e o desejo de experimentação, pela existência de um resto de condenação moral ao orgiástico. Uma vez mais, o objeto desses dois desejos não é o ato sexual; é, sim, ou manter a relação ou ser um indivíduo livre capaz de experimentar e de se experimentar na vida. Esses desejos podem incluir a realização do ato como condição ou efeito.

---

<sup>7</sup> *Mishandling Rape* em *The New York Times*, 15 de novembro de 2014. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2014/11/16/opinion/sunday/mishandling-rape.html>. Acesso em: 15 de janeiro de 2015.

---

Os testemunhos de vítimas de estupro, desse ponto de vista, são narrativas que descrevem a experiência passada a partir do fracasso do desejo socialmente desvalorizado com o qual o indivíduo momentaneamente se identificou. A descrição do ato como imposição de vontade alheia não apenas dá um sentido determinado ao que aconteceu, apagando do acontecimento qualquer dimensão de hesitação do indivíduo tornado vítima. Adicionalmente, e o que talvez seja mais relevante, pela associação entre estupro e trauma, o evento torna-se uma explicação possível para os sofrimentos do presente. O evento reinterpretado pode se tornar uma explicação para o sofrimento atual do indivíduo. O último elemento do circuito de explicação aparece, por fim: o testemunho exposto no espaço público, por conter essa nova forma de compreender o estupro e um nexos preciso entre evento passado e sofrimento presente, pode ser usado por outras pessoas para pensar suas vidas, para explicar seus fracassos em empreendimentos afetivos e profissionais.

### **3. O blog francês**

Analisemos agora como, concretamente, testemunhos de vítimas no espaço público contêm características discursivas que lhes facultam ser apropriados por outros indivíduos para repensar suas experiências e, assim, reinterpretar o que aconteceu em suas vidas e estabelecer novas relações causais entre acontecimentos recordados e seus modos de ser atuais. Dito de outro modo, o que se pretende agora é mostrar, através de um caso, como a revisão conceitual de uma prática de agressão permite a reinterpretação de experiências dos indivíduos, pois torna disponível um novo modo de explicar porque alguém agora sofre e como conseguirá não sofrer no futuro.

Escolhemos como exemplo a revisão conceitual do crime de estupro. A razão dessa escolha reside nos possíveis impactos da revisão sobre, ao menos, três dimensões da vida afetiva dos indivíduos: a liberdade sexual, a forma das relações entre gêneros e a dinâmica sexual nos relacionamentos amorosos. Selecionamos para análise de testemunhos o blog francês Je Connais Un Violeur.

---

O blog, que privilegia a narrativa escrita das vítimas, foi iniciado no dia 30 de agosto de 2013 com a proposta de receber descrições anônimas de estupradores feitas por suas vítimas. Seu objetivo explícito é desmistificar a imagem do estuprador marginal, desconhecido e criminoso e mostrar, assim, que, na maioria dos casos, os estupradores são conhecidos da vítima. A repercussão do blog foi imediata e intensa. Apenas no mês de setembro de 2013, foram publicados 681 posts, a maior parte narrando uma experiência de estupro. Ativista, o site adota implicitamente o novo conceito que amplia os tipos de prática sexual que podem ser enquadradas como violentas. O novo conceito trabalha os sentidos dos termos “ameaça” e “fraude”.

Dado o grande número de testemunhos, construímos uma amostra. De início, selecionamos aleatoriamente cinco dias de Setembro de 2013, o mês de lançamento. Em seguida, decidimos analisar apenas os textos de maior repercussão. Como critério, escolhemos as narrativas que no momento da seleção tinham ao menos três notas (comentário, compartilhamento ou “curtida”).

O momento de seleção foi em dezembro de 2013; 42 “posts” atenderam aos critérios. A seguir, adicionamos dois critérios de conteúdo. Queríamos testemunhos; excluimos, assim, 12 textos que não eram narrativas autobiográficas, mas, sim, manifestações de apoio ou relatos do que aconteceu com terceiros. E como o objetivo era analisar testemunhos onde novos sentidos de “ameaça” e “fraude” são usados para definir situações potencialmente ambíguas, excluimos na sequência oito testemunhos que narravam casos de pedofilia ou incesto e onde, portanto, pela diferença de idade, há uma clara situação de constrangimento. O corpus final conteve 22 testemunhos, 9 narrando casos de estupro no interior de um relacionamento amoroso já constituído (namoro ou casamento) e 13 narrando uma violência sexual entre indivíduos sem intimidade amorosa prévia. Dos 13 onde não havia intimidade amorosa prévia, 9 casos ocorreram com consumo explícito de bebida alcoólica pela vítima.

Conforme proposto anteriormente, no interior dos relacionamentos amorosos, pode haver diferenças de desejo entre os parceiros. Em vários

testemunhos, as vítimas afirmam que não houve uso de força física, mas que o parceiro precisou recorrer a estratégias de coação, como chantagens emocionais e ameaças de término. Pelo desejo de manter a relação e de agradar ao namorado/marido, a vítima acaba por ceder ao ato sexual. Eis um depoimento onde a vítima se ressentida pelo fato de o agressor, seu namorado, ter ameaçado traí-la caso ela se recusasse à relação sexual: “...uma mulher que diz “não” não ama seu homem e, se ela diz “não”, ela não deve se espantar que ele vá procurar outras mulheres, em outros lugares”<sup>8</sup>.

Em outros casos onde havia intimidade amorosa prévia, o agressor é recorrentemente retratado como indiferente aos sentimentos e desejos da mulher. “Escute, eu sou um homem e preciso de mulheres”<sup>9</sup>, teria dito um agressor a sua namorada, que estava doente, mas acabou cedendo aos pedidos do namorado. “Em outra noite, ele me obrigou a fazer o que eu não tinha vontade de fazer”<sup>10</sup>, contou outra vítima.

O que esses testemunhos deixam claro é a recusa feminina de um lugar nas relações amorosas onde o homem dispõe da mulher para satisfazer seus desejos. Ao mesmo tempo, o que se denuncia não é uma ameaça à integridade física, mas o fim da relação amorosa. Em mais um caso, uma vítima afirma: “Mais tarde eu enfim compreendi que mesmo quando o ‘não’ não é abertamente enunciado, ainda assim é um estupro. Que fazer chantagem para dormir juntos, é estupro”<sup>11</sup>. Em alguns testemunhos, porém, o lugar que o machismo dispõe à mulher teria sido pressuposto pelos agressores. “Esse cara tomou a decisão de usar o meu corpo como ele queria, sem perguntar minha opinião. Certamente

---

<sup>8</sup> *Mon mec de l'époque* em *Je Connais Un Voleur*, 3 de setembro de 2013. Disponível em: <http://jeconnaisunvoleur.tumblr.com/post/60160968332/mon-mec-de-lepoque>. Acesso em: 3 de dezembro de 2013.

<sup>9</sup> “*Tu comprends, j'ai des besoins*” em *Je Connais Un Voleur*, 8 de setembro de 2013. Disponível em: <http://jeconnaisunvoleur.tumblr.com/post/60632900502/tu-comprends-jai-des-besoins>. Acesso em: 3 de dezembro de 2013.

<sup>10</sup> *C: le copain* em *Je Connais Un Voleur*, 2 de setembro de 2013. Disponível em: <http://jeconnaisunvoleur.tumblr.com/post/60081728445/c-le-copain>. Acesso em: 3 de dezembro de 2013.

<sup>11</sup> “*Tu comprends, j'ai des besoins*” em *Je Connais Un Voleur*, 8 de setembro de 2013. Disponível em: <http://jeconnaisunvoleur.tumblr.com/post/60632900502/tu-comprends-jai-des-besoins>. Acesso em: 3 de dezembro de 2013.

porque eu era sua namorada”<sup>12</sup>, explica uma das vítimas. “Uma vez que estamos juntos, seu corpo é meu”<sup>13</sup>, é a frase que outra afirma ter ouvido de seu companheiro.

Nesses testemunhos de estupro no interior de uma relação amorosa, não importando se por ameaçar com o término ou simplesmente por supor o direito ao corpo da namorada ou esposa, a relação sexual quase nunca é percebida como abusiva pelo agressor. Em um depoimento, a vítima descreve a suposta reação do namorado à acusação de tê-la violentado: “Para ele, ele não havia feito nada de mal. Ele apenas estava com sua namorada, e ‘é normal fazer amor com aquela que se ama’, não é?”<sup>14</sup>. Mais à frente, a vítima ainda reflete sobre a dimensão de consentimento na relação sexual e responde a seu agressor: “Sim, é normal, mas é preciso que ambos estejam de acordo...”<sup>15</sup>.

De fato, muitos dos agressores parecem agir sem intenção de causar sofrimento, desconhecendo que estão fazendo algo contra a vontade da parceira; pelo desconhecimento, portanto, nesses casos, não pode ter havido coação, a não ser o fato de os agressores desejarem o ato. Em um depoimento, a vítima afirma: “Ele me disse então ‘mas quando eu comecei a te tocar, você não disse nada, e como você estava excitada, então achei que estivesse de acordo’”<sup>16</sup>. Neste outro, entre namorados, o parceiro se justifica pelo uso de violência durante o ato sexual: “Ele dizia só fazer como nos [filmes] pornôs, porque as garotas

---

<sup>12</sup> Y., *brillant étudiant en philo. C’était mon copain* em *Je Connais Un violeur*, 3 de setembro de 2013. Disponível em:

<http://jeconnaisunvioleur.tumblr.com/post/60187076267/y-brillant-etudiant-en-philos-cetait-mon-copain>. Acesso em: 3 de dezembro de 2013.

<sup>13</sup> EB, *le conjoint* em *Je Connais Un violeur*, 1 de setembro de 2013. Disponível em: <http://jeconnaisunvioleur.tumblr.com/post/59968157090/eb-le-conjoint>. Acesso em: 3 de dezembro de 2013.

<sup>14</sup> C: *le copain* em *Je Connais Un violeur*, 2 de setembro de 2013. Disponível em: <http://jeconnaisunvioleur.tumblr.com/post/60081728445/c-le-copain>. Acesso em: 3 de dezembro de 2013.

<sup>15</sup> C: *le copain* em *Je Connais Un violeur*, 2 de setembro de 2013. Disponível em: <http://jeconnaisunvioleur.tumblr.com/post/60081728445/c-le-copain>. Acesso em: 3 de dezembro de 2013.

<sup>16</sup> C: *le copain* em *Je Connais Un violeur*, 2 de setembro de 2013. Disponível em: <http://jeconnaisunvioleur.tumblr.com/post/60081728445/c-le-copain>. Acesso em: 3 de dezembro de 2013.

pareciam gostar disso, ele não fazia por mal. E eu sei que ele estava sendo sincero”<sup>17</sup>.

Nesses casos de intimidade amorosa, quando a vítima procura explicar por que não reagiu às imposições sexuais de seus parceiros, a resposta sugerirá o esforço de manter a relação. “Foi meu primeiro beijo, meu primeiro namorado, meu primeiro homem, eu o amava loucamente, minha família o conhecia e sorria ao ver o jovem casal”<sup>18</sup>, comenta uma das colaboradoras do blog acerca do namorado que a chantageava. Essa mesma vítima diz se sentir emocionalmente dependente da relação que mantém com seu parceiro: “...ele me sufoca em sua bolha, me manipula, me deixa psicologicamente dependente dele...”<sup>19</sup>.

Quando se trata do estupro ocorrido entre indivíduos sem intimidade amorosa prévia, o que está sendo elaborado é um novo sentido para a fraude e um novo código de conduta para as relações sem compromisso. Nos testemunhos selecionados, as vítimas possuíam alguma confiança nos agressores, seja por serem pessoas conhecidas ou pelo ambiente confortável em que ocorre o encontro. A ambiguidade nesses contextos reside no fato de serem situações propícias para o início de um contato sexual. No testemunho a seguir, a situação ambígua é implicitamente reconhecida: “Ele me propôs que eu dormisse em sua casa, eu aceitei, nós flertamos, muitos amigos em comum, dois anos que saíamos para festas juntos, eu confiava nele”<sup>20</sup>. Também nesses casos, muitas vezes fica explícito que o agressor não achou que estava violentando a mulher. Por ter entendido que a vítima, em certa medida, também teria desejado a relação, ele só teria agido para superar uma relutância inicial. Num

---

<sup>17</sup> *Un petit ami qui “fait comme dans les pornos”* em *Je Connais Un Voleur*, 8 de setembro de 2013. Disponível em:

<http://jeconnaisunvoleur.tumblr.com/post/60640446458/un-petit-ami-qui-fait-comme-dans-les-pornos>. Acesso em: 3 de dezembro de 2013.

<sup>18</sup> *G., il m’a tout appris* em *Je Connais Un Voleur*, 8 de setembro de 2013. Disponível em: <http://jeconnaisunvoleur.tumblr.com/post/60635126000/g-il-ma-tout-appris>. Acesso em: 3 de dezembro de 2013.

<sup>19</sup> *G., il m’a tout appris* em *Je Connais Un Voleur*, 8 de setembro de 2013. Disponível em: <http://jeconnaisunvoleur.tumblr.com/post/60635126000/g-il-ma-tout-appris>. Acesso em: 3 de dezembro de 2013.

<sup>20</sup> *F, l’ami de tous.* em *Je Connais Un Voleur*, 2 de setembro de 2013. Disponível em: <http://jeconnaisunvoleur.tumblr.com/post/60081637778/f-lami-de-tous>. Acesso em: 3 de dezembro de 2013.

testemunho, a vítima diz que o agressor lhe teria oferecido carona após uma festa e que, por isso mesmo, não entendeu sua recusa e perguntou no dia seguinte: “Por que recusar, se eu havia aceitado entrar em seu carro?”<sup>21</sup>.

Em muitos casos, a vítima manifesta um desejo de experimentação que concorre, em seu íntimo, com uma moral conservadora. O depoimento a seguir indica a tensão interna. Primeiro, a experimentação: “Eu tinha dezoito anos, era virgem, ele tinha vinte e oito. Encontrei-o na rua, ele era gentil, inteligente, bonito, interessante. Passei a tarde com ele, desejei perder minha virgindade, levei-o para minha casa, voluntariamente”<sup>22</sup>. A moral, porém, exerce seus efeitos e leva a vítima a se angustiar com sua decisão: “Exceto que, uma vez nua na cama com ele, eu me arrependo. Não era assim, com um desconhecido, que eu queria fazer amor pela primeira vez”<sup>23</sup>.

Em festas e ocasiões onde a interação sexual é estimulada ou contemplada como possibilidade, a vontade de experimentação pode associar-se ao uso de álcool. Uma vítima narra o contexto em que o estupro ocorreu: “Um amigo me convidou para uma festa na casa dele. Eu já estava bêbada ao chegar e continuei a beber”<sup>24</sup>. Em outro depoimento, uma jovem diz: “Me ofereceram [seus estupradores] uma garrafa de bebida, mas eu já havia ingerido um litro de sangria e minha bexiga dava sinal de que precisava ser esvaziada a toda hora”<sup>25</sup>. São diversos os relatos em que os estupros ocorreram após a vítima, o agressor, ou ambos terem consumido álcool. Nesse testemunho, a vítima conta que

---

<sup>21</sup> *L'ami d'ami* em *Je Connais Un Voleur*, 2 de setembro de 2013. Disponível em: <http://jeconnaisunvoleur.tumblr.com/post/60079672926/lami-dami>. Acesso em: 3 de dezembro de 2013.

<sup>22</sup> *Ingénieur, 28 ans, propre sur lui* em *Je Connais Un Voleur*, 2 de setembro de 2013. Disponível em:

<http://jeconnaisunvoleur.tumblr.com/post/60111551801/ingenieur-28-ans-propre-sur-lui>. Acesso em: 3 de dezembro de 2013.

<sup>23</sup> *Ingénieur, 28 ans, propre sur lui* em *Je Connais Un Voleur*, 2 de setembro de 2013. Disponível em:

<http://jeconnaisunvoleur.tumblr.com/post/60111551801/ingenieur-28-ans-propre-sur-lui>. Acesso em: 3 de dezembro de 2013.

<sup>24</sup> *Guillaume, 18 ans, crétin fini*. em *Je Connais Un Voleur*, 3 de setembro de 2013. Disponível em:

<http://jeconnaisunvoleur.tumblr.com/post/60186242322/guillaume-18-ans-cretin-fini>. Acesso em: 3 de dezembro de 2013.

<sup>25</sup> *Ennui[s]* em *Je Connais Un Voleur*, 2 de setembro de 2013. Disponível em: <http://jeconnaisunvoleur.tumblr.com/post/60061925721/ennui-s>. Acesso em: 3 de dezembro de 2013.

concordou em levar o homem que viria a estuprá-la a sua casa após uma noite de festa porque “...ele é um amigo e está bêbado, eu não vejo por que deveria recusar”<sup>26</sup>. Em outro depoimento, a vítima explica por que havia convidado um amigo de um amigo para passar a noite em sua casa: “Ele dormiu na minha cama porque não havia mais outro lugar no apartamento, porque ele me parecia digno de confiança e também porque, depois de ter passado mal por causa do álcool, eu já não tinha mais todo meu discernimento”<sup>27</sup>.

Nos depoimentos analisados, a concepção de estupro é atravessada por uma lógica psicológica, segundo a qual o abuso sexual é considerado evento traumático, com consequências indelévels e de ampla repercussão na vida das vítimas, até pelo nexos dessa forma de trauma com o conceito de autoestima. Ao lembrar tudo pelo que passou com seu namorado e agressor, uma das vítimas diz que não tem boas lembranças, “apenas humilhação, medo, nojo”<sup>28</sup>. A definição de uma das colaboradoras do blog é significativa: “...estuprar é deixar sequelas abomináveis, é destruir uma pessoa em nome de seu prazer, é provocar estragos num corpo e num espírito que, porém, não tem nada que se culpar”<sup>29</sup>. Outra vítima afirma que seus agressores a condenaram a “noites de angústia pelos quinze anos que se seguiram”<sup>30</sup> ao estupro. “Cada um a seu turno, eles pulverizaram minha inocência”<sup>31</sup>, conta a mesma vítima. Vigarello afirma que o

---

<sup>26</sup> *Matt, 27 ans, le rockeur, la gloire locale* em *Je Connais Un Violleur*, 2 de setembro de 2013. Disponível em:

<http://jeconnaisunviolleur.tumblr.com/post/60114641725/matt-27-ans-le-rockeur-la-gloire-locale>. Acesso em: 3 de dezembro de 2013.

<sup>27</sup> *R. un “ami d’amis”* em *Je Connais Un Violleur*, 7 de setembro de 2013. Disponível em: <http://jeconnaisunviolleur.tumblr.com/post/60572556807/r-un-ami-damis>. Acesso em: 3 de dezembro de 2013.

<sup>28</sup> *Un petit ami qui “fait comme dans les pornos”* em *Je Connais Un Violleur*, 8 de setembro de 2013. Disponível em:

<http://jeconnaisunviolleur.tumblr.com/post/60640446458/un-petit-ami-qui-fait-comme-dans-les-pornos>. Acesso em: 3 de dezembro de 2013.

<sup>29</sup> *“Tu comprends, j’ai des besoins”* em *Je Connais Un Violleur*, 8 de setembro de 2013. Disponível em:

<http://jeconnaisunviolleur.tumblr.com/post/60632900502/tu-comprends-jai-des-besoins>. Acesso em: 3 de dezembro de 2013.

<sup>30</sup> *Les idiots du village* em *Je Connais Un Violleur*, 2 de setembro de 2013. Disponível em: <http://jeconnaisunviolleur.tumblr.com/post/60077689167/les-idiots-du-village>. Acesso em: 3 de dezembro de 2013.

<sup>31</sup> *Les idiots du village* em *Je Connais Un Violleur*, 2 de setembro de 2013. Disponível em: <http://jeconnaisunviolleur.tumblr.com/post/60077689167/les-idiots-du-village>. Acesso em: 3 de dezembro de 2013.

que passa a definir a gravidade do crime, segundo o conceito contemporâneo de violência, seria justamente a profundidade das consequências psicológicas deixadas na vítima (VIGARELLO, 1998, p. 252). A relação entre trauma e ato criminalizado pode ser visto sobre outro ponto de vista: em uma cultura onde vale o princípio do não-dano como critério moral, onde, portanto, não há consenso ao nível imediato sobre a boa vida e suas regras, o modo de hierarquizar atos considera a existência de consequências negativas.

A presença duradoura do trauma não significa que seus efeitos não possam ser superados; de fato, o trauma é pensado como fundando identidade e um indivíduo pode passar de vítima a sobrevivente, tornando-se alguém que passou por um evento terrível, mas superou, tem uma alta autoestima e ajuda outros a enfrentar seus traumas. Muitos depoimentos asseguram dessa possibilidade de superação. “Eu consegui me reconstruir”<sup>32</sup>, conta uma vítima, enquanto outra afirma: “A gente pensa que não vai se recuperar jamais. A gente está errada”<sup>33</sup>. Mesmo quando se trata de questões ligadas à sexualidade, é possível ultrapassar o sofrimento: “...eu tive a oportunidade de ter amantes formidáveis que me ensinaram o que é um verdadeira relação sexual. Um momento de partilha, de carinho, de escuta e de respeito...”<sup>34</sup>.

Após a análise de como descrevem o ato e a indicação de pertinência das descrições ao novo regime amoroso, caracterizemos agora como os testemunhos tentam construir as condições de sua recepção. É comum, entre os depoimentos, as vítimas de estupro narrarem a incredulidade que precisaram enfrentar ao falarem sobre o assunto com amigos, familiares (“Minha mãe me disse ‘Nós

---

<sup>32</sup> R. un “ami d’amis” em *Je Connais Un Voleur*, 7 de setembro de 2013. Disponível em:

<http://jeconnaisunvoleur.tumblr.com/post/60572556807/r-un-ami-damis>. Acesso em: 3 de dezembro de 2013.

<sup>33</sup> *Les idiots du village* em *Je Connais Un Voleur*, 2 de setembro de 2013. Disponível em: <http://jeconnaisunvoleur.tumblr.com/post/60077689167/les-idiots-du-village>. Acesso em: 3 de dezembro de 2013.

<sup>34</sup> “*Pourquoi les filles mentiraient-elles? Parce que c’est vrai que c’est top délire d’aller se faire examiner le vagin à Hôtel Dieu à 4h du mat’!*” em *Je Connais Un Voleur*, 8 de setembro de 2013. Disponível em:

<http://jeconnaisunvoleur.tumblr.com/post/60640217392/pourquoi-les-filles-mentiraient-elles-parce-que>. Acesso em: 3 de dezembro de 2013.

todas tivemos que forçar um dia ou outro, não é estupro isso”<sup>35</sup>), médicos (“Os terapeutas que procurei não ajudaram em nada além de me fazerem sentir culpada”<sup>36</sup>), ou ao procurarem autoridades para denunciar seus agressores (“A queixa que prestei, 3 anos depois, com um policial misógino e adepto fervoroso do ‘slut-shaming’, foi um suplício. Minha denúncia foi deixada de lado na mesma noite em que prestei o depoimento”<sup>37</sup>). Ao vincularem incredulidade e preconceito, imediatamente garantem que quem acredita é tolerante. De fato, alguns testemunhos insistem em como a desconfiança depende da exigência de conduta moral da vítima: “É muito bom ouvir um tipo de ciência forense que lhe diz que você não parece traumatizada o suficiente para ter sido vítima de estupro! E ter que contar sua vida sexual para se justificar. Porque sim, eu já havia dormido com 4 ou 5 caras, e não, nem todos eram meus namorados. [...] É um insulto contínuo, todo mundo tenta te provar que você está errada, você está mentido. Você está fazendo isso porque está envergonhada e não quer se passar por vagabunda”<sup>38</sup>, desabafa uma vítima.

O espaço onde os testemunhos são respeitados é também valorizado. É por se sentirem constrangidas ao dividir suas experiências entre conhecidos que o blog, ao permitir que testemunhem de forma anônima, se torna tão importante às vítimas, que muitas vezes agradecem pelo espaço livre de julgamentos: “Obrigada... por me deixarem falar”<sup>39</sup>. Esses testemunhos reforçam a dimensão

---

<sup>35</sup> *Ingénieur, 28 ans, propre sur lui* em *Je Connais Un Voleur*, 2 de setembro de 2013. Disponível em:

<http://jeconnaisunvoleur.tumblr.com/post/60111551801/ingenieur-28-ans-propre-sur-lui>. Acesso em: 3 de dezembro de 2013.

<sup>36</sup> *Merci* em *Je Connais Un Voleur*, 3 de setembro de 2013. Disponível em: <http://jeconnaisunvoleur.tumblr.com/post/60184223427/merci>. Acesso em: 3 de dezembro de 2013.

<sup>37</sup> *R. un “ami d’amis”* em *Je Connais Un Voleur*, 7 de setembro de 2013. Disponível em:

<http://jeconnaisunvoleur.tumblr.com/post/60572556807/r-un-ami-damis>. Acesso em: 3 de dezembro de 2013.

<sup>38</sup> *“Pourquoi les filles mentiraient-elles? Parce que c’est vrai que c’est top délire d’aller se faire examiner le vagin à Hôtel Dieu à 4h du mat!”* em *Je Connais Un Voleur*, 8 de setembro de 2013. Disponível em:

<http://jeconnaisunvoleur.tumblr.com/post/60640217392/pourquoi-les-filles-mentiraient-elles-parce-que>. Acesso em: 3 de dezembro de 2013.

<sup>39</sup> *“Tu comprends, j’ai des besoins”* em *Je Connais Un Voleur*, 8 de setembro de 2013. Disponível em:

terapêutica que falar sobre o estupro teria na vítima. Segundo a autora do seguinte testemunho, seu agressor a acusou de tê-lo denunciado por vingança, após o término do relacionamento. Mas ela discorda: “Eu fiz por mim, para me reconstruir e não ter mais medo. Não, vocês não são culpadas, meninas, a culpa não é de vocês, denunciem-nos!”<sup>40</sup>. Além do benefício psicológico que produziria na vítima, os testemunhos possuem outro efeito, esse no público que lê os testemunhos, que é de ajudar outras vítimas a falar sobre as próprias experiências e sofrimentos: “Após anos passados em silêncio, eu encontrei, enfim, força para falar com a minha família e para prestar queixa. Essa força, eu encontrei na leitura e escuta dos (muitos) numerosos testemunhos de vítimas”<sup>41</sup>.

O blog não é só espaço de expressão e acolhimento; para muitos, é lugar de esclarecimento. À medida que ganha repercussão, sua criadora, identificada como Pauline, se sente na obrigação de avisar: “Eu não posso responder às perguntas que concernem ao que vocês experimentaram, mas aconselho que telefonem para o Coletivo de Mulheres Contra o Estupro”<sup>42</sup>. Conforme o conceito de estupro se expande e passa a abarcar novas situações, muitas mulheres têm dificuldade em reconhecer se suas experiências foram agressões ou não, resolvendo buscar aconselhamento ou informações em lugares como o blog: “Até hoje, eu me pergunto se não estou exagerando um pouco ao dizer que minha primeira vez foi um estupro”<sup>43</sup>, afirma uma das vítimas.

---

<http://jeconnaisunvioleur.tumblr.com/post/60632900502/tu-comprends-jai-des-besoins>. Acesso em: 3 de dezembro de 2013.

<sup>40</sup> *Mon petit ami parfait* em *Je Connais Un Violeur*, 3 de setembro de 2013. Disponível em: <http://jeconnaisunvioleur.tumblr.com/post/60159349665/mon-petit-ami-parfait>. Acesso em: 3 de dezembro de 2013.

<sup>41</sup> *Merci* em *Je Connais Un Violeur*, 3 de setembro de 2013. Disponível em: <http://jeconnaisunvioleur.tumblr.com/post/60184223427/merci>. Acesso em: 3 de dezembro de 2013.

<sup>42</sup> *Bonjour à toutes et tous, c'est encore la créatrice du tumblr* em *Je Connais Un Violeur*, 3 de setembro de 2013. Disponível em: <http://jeconnaisunvioleur.tumblr.com/post/60174896123/bonjour-a-toutes-et-tous-cest-encore-la>. Acesso em: 3 de dezembro de 2013.

<sup>43</sup> *Ingénieur, 28 ans, propre sur lui* em *Je Connais Un Violeur*, 2 de setembro de 2013. Disponível em: <http://jeconnaisunvioleur.tumblr.com/post/60111551801/ingenieur-28-ans-propre-sur-lui>. Acesso em: 3 de dezembro de 2013.

A incerteza dos leitores do blog sobre o sentido e valor de suas experiências e a necessidade de encontrar esclarecimento em lugares como o blog são ampliadas pelo fato de muitas vítimas afirmarem não saber que estavam experimentando um estupro no momento em que este teria ocorrido: essa classificação só foi atribuída por elas posteriormente. Algumas afirmam que demoraram anos para compreender o que haviam sofrido: “Eu levei dois anos para reconhecer que sim, havia sido violada, e prestar queixa”<sup>44</sup> – “Levou oito anos para que eu encontrasse uma palavra para descrever o que me ocorreu: estupro”<sup>45</sup>. Uma das vítimas chega a afirmar que não sabe quando começou a ser estuprada, confirmando que o critério para definir uma relação como abusiva é sutil: “Aconteceu tudo de forma tão progressiva que eu ainda me encontro incapaz de dizer a partir de quanto podemos falar de estupro. Eu não disse ‘não’, eu me deixei fazer. Eu não o parei”<sup>46</sup>. Em outros testemunhos, vítimas dizem que só conseguiram conceber a experiência como estupro pela intermediação de outra pessoa, por exemplo, um médico (“Foi depois, ao ver um psicólogo, que ele me disse que foi um estupro”<sup>47</sup>) ou familiar (“Eu sentia uma imensa aflição, mas não cheguei a colocar as palavras. Eu terminei por falar disso com minha mãe. A palavra caiu como um cutelo: ‘você foi violentada’, me disse ela. Meu mundo desabou”<sup>48</sup>). Pela incerteza das vítimas, as leitoras podem pensar que estão na mesma condição: podem ter sido estupradas sem saber que

---

<sup>44</sup> *Mon petit ami parfait* em *Je Connais Un Voleur*, 3 de setembro de 2013. Disponível em: <http://jeconnaisunvoleur.tumblr.com/post/60159349665/mon-petit-ami-parfait>. Acesso em: 3 de dezembro de 2013.

<sup>45</sup> *Ingenieur, 28 ans, propre sur lui* em *Je Connais Un Voleur*, 2 de setembro de 2013. Disponível em: <http://jeconnaisunvoleur.tumblr.com/post/60111551801/ingenieur-28-ans-propre-sur-lui>. Acesso em: 3 de dezembro de 2013.

<sup>46</sup> *“Tu comprends, j’ai des besoins”* em *Je Connais Un Voleur*, 8 de setembro de 2013. Disponível em: <http://jeconnaisunvoleur.tumblr.com/post/60632900502/tu-comprends-jai-des-besoins>. Acesso em: 3 de dezembro de 2013.

<sup>47</sup> *C: le copain* em *Je Connais Un Voleur*, 2 de setembro de 2013. Disponível em: <http://jeconnaisunvoleur.tumblr.com/post/60081728445/c-le-copain>. Acesso em: 3 de dezembro de 2013.

<sup>48</sup> *“Pourquoi les filles mentiraient-elles? Parce que c’est vrai que c’est top délire d’aller se faire examiner le vagin à Hôtel Dieu à 4h du mat!”* em *Je Connais Un Voleur*, 8 de setembro de 2013. Disponível em: <http://jeconnaisunvoleur.tumblr.com/post/60640217392/pourquoi-les-filles-mentiraient-elles-parce-que>. Acesso em: 3 de dezembro de 2013.

o foram. E se estiverem sofrendo, terão um incentivo para se conceberem como vítimas: seu sofrimento passa a ser explicado como resultado de um trauma.

Pela cotidianidade e frequência dos atos que podem ser interpretados como estupro e pela incerteza alimentada nos depoimentos, esses fragmentos fornecem aos leitores narrativas que podem atribuir novos sentidos às experiências sexuais. Através da apropriação dos critérios que ora definem a violência sexual, o indivíduo adquire um novo conceito de estupro, com o qual ele pode reinterpretar suas experiências passadas. Dessa forma, são atribuídos novos sentidos a eventos do passado, sentidos que talvez não estivessem então disponíveis ao indivíduo. O testemunho, em suas diferentes manifestações nos meios de comunicação, afirma-se como forma contemporânea de produção de subjetividade.

A concepção da mídia enquanto espaço a partir do qual o sujeito contemporâneo reinterpreta sua experiência está evidente nos depoimentos de um homem que foi vítima de estupro: ele acreditava que, enquanto homem, não teria direito ao não-consentimento. “Bem mais tarde, eu ouvi a história de um ladrão que foi violentado durante três dias pela cabeleireira que ele roubava. Lendo os comentários, eu via pessoas dizendo que ele era verdadeiramente sortudo”<sup>49</sup>, comenta o autor. E conclui seu depoimento: “Isso [os comentários sobre o caso do ladrão] me deixou enojado. E me fizeram repensar minha própria história”<sup>50</sup>. Outro homem, que envia uma mensagem de apoio ao blog, comenta como passou a atribuir outro sentido às narrativas de alguns amigos, afirmando que “todas essas histórias das quais me lembro são bem efetivamente casos de estupro, e os garotos implicados, estupradores”<sup>51</sup>.

---

<sup>49</sup> “*Je ne suis pas homosexuel, et pourtant j’ai voulu dire non à une fille*” em *Je Connais Un Voleur*, 8 de setembro de 2013. Disponível em:

<http://jeconnaisunvoleur.tumblr.com/post/60641112856/je-ne-suis-pas-homosexuel-et-pourtant-jai-voulu>. Acesso em: 3 de dezembro de 2013.

<sup>50</sup> “*Je ne suis pas homosexuel, et pourtant j’ai voulu dire non à une fille*” em *Je Connais Un Voleur*, 8 de setembro de 2013. Disponível em:

<http://jeconnaisunvoleur.tumblr.com/post/60641112856/je-ne-suis-pas-homosexuel-et-pourtant-jai-voulu>. Acesso em: 3 de dezembro de 2013.

<sup>51</sup> *Maintenant je connais des violeurs* em *Je Connais Un Voleur*, 8 de setembro de 2013. Disponível em:

<http://jeconnaisunvoleur.tumblr.com/post/60627998981/maintenant-je-connaiss-des-voleurs>. Acesso em: 3 de dezembro de 2013.

#### **4. A construção social da vítima e seus sentidos**

Por que desconstruir alguns tipos de relatos de estupro? A questão precisa ser formulada porque, recentemente, houve uma mudança nas relações entre movimentos sociais e os esforços da filosofia e das ciências humanas de desnaturalizar certas classificações sociais. Nos anos 60 e 70, quando se fazia, por exemplo, o esforço de relativizar categorias como “louco” e “homossexual”, o que se criticava era a necessidade imposta de que os assim classificados fossem concebidos e se concebessem como doentes, frágeis, precisando de ajuda. A indicação de que a categoria não era a verdade do humano, mas uma construção social visava relativizar o estatuto de doença atribuído a uma prática. Indivíduos com tais comportamentos e modos de ser não seriam doentes merecedores de nossa compaixão; seriam, sim, diferentes e, portanto, dignos de nosso respeito e atração. O preconceito social certamente fazia sofrer, mas pelo sentido atribuído a uma prática, sentido que gerava as emoções aparentadas da compaixão e da culpa: o indivíduo era tratado como um doente e se concebia na necessidade da cura pela presumida inferioridade de seu modo de ser, agir e desejar.

Para os movimentos sociais contemporâneos que almejam ocupar o lugar de vítima do preconceito social, para aqueles que querem, portanto, que seu sofrimento seja reconhecido e reparado ou tratado, a desconstrução tende a ser desvalorizada, pois equivale a não reconhecer o sofredor e seus direitos, assim como a não punir com rigor aqueles que, por preconceito, fazem os inocentes sofrerem.

Detalhemos a diferença entre a construção do socialmente tido como imoral e a do socialmente tido como inocente. Nos anos 60 e 70, movimentos sociais mostravam que sofrimentos resultavam de preconceitos morais; contudo, eles derivariam do fato de os indivíduos serem rotulados como doentes; hoje, porém, o preconceito social provocaria o não-reconhecimento do indivíduo como sofredor. Um caso arquetípico da primeira forma de movimento social onde se crítica o fato de ser tratado como vítima é a internação de homossexuais em asilos para se curarem de sua doença mental: o temor da prática ainda se justificava como compaixão. O caso arquetípico da segunda

---

forma de movimento social onde se denuncia o não-reconhecimento, por preconceito, do estatuto de vítima é a não-liberação de verbas, nos anos 80, para a pesquisa sobre a AIDS.

Hoje, portanto, os movimentos sociais tendem a se indignar quando é proposta a relativização do lugar de vítima. A desnaturalização pelo questionamento de alguns de seus conceitos – bullying, stress pós-traumático, estupro, etc. – é criticada porque significaria relativizar ou não reconhecer o sofrimento da vítima e municiar os preconceituosos com argumentos.

É preciso repetir, então, o que disseram outros autores que tentaram desconstruir a categoria de vítima: quem se pensa como uma vítima é uma vítima, pois este é o sentido que atribuí às suas experiências passadas – implicitamente, outros sentidos seriam possíveis, alguns deles não fazendo emergir essa condição (DAVIS, 2005; HACKING, 1995). E o processo de atribuir a si o estatuto de vítima, na grande maioria dos casos, não se dá como manipulação consciente. Basta supor o processo costumeiro, inconsciente, de um indivíduo desejar uma identidade socialmente valorizada. Dito claramente, a maior parte das mulheres que reinterpretem suas experiências passadas a partir de classificações de atos disponíveis em seu presente não está calculando e buscando vantagens financeiras e simbólicas; estão apenas expressando sua crença no que sua cultura lhes propõe como verdadeiro.

Se não era intenção ofender nem quem se pensa como vítima, nem fornecer argumentos para moralistas e se sabíamos que esses efeitos tendem a decorrer dos esforços de relativização, por que questionar o conceito de estupro? Certamente porque cremos que algumas consequências desse modo de conceituar e hierarquizar os atos sexuais são problemáticas.

Uma primeira consequência diz respeito às experimentações sexuais. O contexto da primeira vaga de denúncia de estupro esclarece que está em jogo, nessas ocasiões, a ocupação do espaço público pelas mulheres como indivíduos autônomos. O movimento feminista dos anos 70 afirmava que o estupro não podia ser o preço a pagar por essa liberdade. Pela autodenominação do movimento, a marcha das vadias explicita que agora a questão é a assunção das mulheres como indivíduos com sexualidade livre e autônoma.

---

A denúncia do estupro deve ser vista como condição para a maior experimentação da sexualidade por mulheres e homens. O novo conceito inclusivo, porém, pode tender à limitação das práticas sexuais. A ênfase na dimensão de sobriedade não favorece as experimentações que conduzem a alterações de consciência. Adicionalmente, se tomada ao pé da letra e se não diferenciar entre o que incapacita e o que abre à experimentação, a exigência da sobriedade parece ter a mesma forma da restrição ao motorista bêbado. Embora banal, a transformação do lema de publicidade contra o uso do álcool por motoristas é irresistível; o slogan passaria a ser “se beber, não transe”. Por fim, a necessidade do “sim” explícito pode tender a uma formalização excessiva das relações amorosas. Mas é preciso nuançar essas previsões de limitação associadas à mudança conceitual, pois a ameaça de estupro é apenas um elemento restritivo num conjunto vasto de incitações sociais ao ato.

Ainda internamente, outra consequência problemática abrange a própria condenação social do estupro e do machismo que o causa e o sustenta. Uma definição abrangente pode aumentar a indiferença social. Se não há diferença qualitativa entre um assvio a uma passante e a imposição ao ato por violência e ameaça, se ambos fazem parte de um contínuo de violência ligado à dominação masculina, talvez se reduza a repulsa social ao estupro e, pior, a generalização das vítimas pode limitar a solidariedade com aquelas que sofreram a violência efetiva do machismo.

De um ponto de vista externo à experimentação sexual e à superação do moralismo machista, as consequências são a relação do indivíduo consigo mesmo e com os outros. A denúncia do estupro presume uma forma de poder que se alimenta da desigualdade e continuamente a reproduz ao ser exercida. Mas as denúncias atuais de estupro podem ser vistas no interior de outra história do poder, também longa, a do poder que produz subjetividade. Trata-se da história do poder pastoral. Se isso for aceito, a vaga atual de denúncias de estupro não se explica só pelo novo lugar que a mulher quer ocupar no espaço público, mas também pela crise do poder pastoral, com seu modo específico de explicar os sofrimentos humanos.

---

Segundo a conceituação de Foucault, o poder pastoral desenvolveu no Ocidente as técnicas do exame e direção de consciência, isto é, essa forma de poder desenvolveu a confissão. Além de produzir a culpa naqueles que se examinam e que desejam ser dirigidos, ela provoca o amor ao pastor, uma sensualização do diretor de consciência, como condição e efeito de seu exercício. Desse modo, a crise do poder pastoral se manifesta tanto pelas denúncias de estupro e assédio sexual, quanto pela substituição da confissão pelo testemunho. Onde houver relação sexual com desigualdade e essa desigualdade estiver calcada em alguma posição que mescla hierarquia e saber, é suposto haver estupro ou assédio.

Criticar o poder como produção de subjetividade pressupõe que parte do sofrimento que existe no mundo depende do sentido que se dá ao sofrimento. Talvez por estarmos num momento histórico em que perde sua força, é fácil compreender, com a culpa, como o sentido provoca mais sofrimento; basta pensar na limitação da experiência e na angústia que a culpa provoca. Dizer “sofro por minha culpa”, localizar essa responsabilidade na presença em si de um desejo que deve ser controlado e angustiar-se com a insistência desse desejo, explica porque sofremos, mas implica a limitação de experiência.

Diante da perda de vigor do ensinamento pastoral de que sofremos por nossa culpa, cabe perguntar que sofrimentos são provocados pela afirmação, presente nos testemunhos de vítima, de que o indivíduo sofre por culpa do outro? Um primeiro problema é certamente o possível grande número de falsos positivos, de indivíduos acusados de esturadores, mas que talvez não o sejam. Esse problema de decidir sobre o que realmente aconteceu é para ser resolvido pelo direito, com o cuidado de garantir ao condenado ampla margem de defesa. Para o tema da subjetividade, interessa mais a possibilidade de judicialização das relações amorosas, com o recurso frequente ao judiciário para negociar conflitos afetivos<sup>52</sup>. A judicialização está associada à preeminência do conceito

---

<sup>52</sup> Sobre o assunto e quando entrevistada a respeito da lei *Yes Means Yes*, que passa a exigir o consentimento oral e explícito para o início da relação sexual na Califórnia, a ativista feminista Nana Queiroz falou em entrevista ao jornal O Globo: “Essa lei burocratiza o sexo. As pessoas não deveriam precisar ouvir “sim” para saber que não estão estuprando, se fossem educadas para identificar o que é violência. E, por se basear sobretudo em casos contra mulheres, coloca-as em uma situação passiva em

---

de risco como forma de pensar a relação de uma cultura com seu futuro. Assim como parece nada mais haver na ética e na política do que o esforço em evitar sofrimentos futuros, os sofrimentos presentes só teriam resolução judicial, na forma da reparação e da condenação, e não através de mudanças sociais (BROWN, 1995, p. 52). A ênfase no estupro e na posição de vítima pode reduzir nossa capacidade de imaginar futuros diferentes, para além do moralismo, nas relações entre homens e mulheres.

Em termos da relação consigo, cabe notar que a acusação do outro supõe a plena posse da verdade em quem acusa. Economiza-se, assim, o questionamento da adesão aos valores da cultura. Ao acusar, não questionamos e, sim, utilizamos esses valores como base da acusação. Efetivamente, portanto, acusar o outro não nos abre à experimentação de si e do mundo. E haveria muito que questionar, como a associação entre experiências sexuais e ato de consumo e um resto de condenação moral à experimentação. Ao menos quando nos acusávamos, a insistência do desejo podia nos levar a questionar as normas sociais; quando acusamos os outros, porém, a tendência é a de manter-se na inocência da vítima e, assim, não questionar os valores a partir dos quais a responsabilização é construída. A presunção de inocência também é moralista. O mundo é mais complicado do que nos fazem crer tanto o machismo quanto a inocência virtuosa da vítima.

### **Referências**

- BOGLE, K. *Hooking up – sex, dating and relationships on campus*. Nova Iorque: New York University Press, 2008.
- BROWN, W. *States of injury*. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- DAVIS, J. E. *Accounts of innocence – sexual abuse, trauma, and the self*. Chicago: Chicago University Press, 2005.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I – A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1984, 5ª edição.

---

relação ao sexo, como se a iniciativa não pudesse partir delas.” Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/mudanca-na-percepcao-do-que-o-estupro-ajuda-mudar-comportamento-social-diz-jurista-14086961>. Acesso em: 15 de janeiro de 2015.

- 
- FOUCAULT, M. “Omnes et singulatim”: vers une critique de la raison politique. In Davidson, Arnold I.e Gros, Frédéric (orgs.): *Michel Foucault – Philosophie*. Paris: Gallimard, p. 665-704, 2004
- HACKING, I. *Rewriting the soul: multiple personality and the sciences of memory*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1995.
- HARPER, K. *From shame to sin*. Cambridge, Ms.: Harvard University Press, 2013.
- RADSTONE, S. “Cultures of confession/cultures of testimony: turning the subject inside out”. In Gill, Jo (org.). *Modern Confessional Writing*. Oxon: Routledge, 2006.
- SARLO, B. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- VIGARELLO, G. *Histoire du Viol*. Paris: Seuil, 1998.
- WILLIAMS, B. *Shame and necessity*. Berkeley: University of California Press, 1995.